



Procuradoria-Geral de Justiça do
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA

biênio 2004-2006



Equipe do MPDFT – Biênio 2004-2006

Procurador-Geral de Justiça

Rogério Schietti Machado Cruz

Vice-Procurador-Geral de Justiça

José Firmo Reis Soub

Chefe de Gabinete

Carlos Alberto Cantarutti

Diretor-Geral

Antonio Marcos Dezan

Chefe de Secretaria

Leila Duarte Lima

Assessor Criminal

Andrelino Bento Santos Filho

Assessores Cíveis

Maércia Correia de Mello

Wanessa Alpino Bigonha Alvim

Diógenes Antero Lourenço

Assessor de Controle de Constitucionalidade

Antonio Henrique Graciano Suxberger

Assessores de Recursos Constitucionais

Antônio Luiz Barbosa de Alencastro

Juliana Ferraz da Rocha Santilli

Assessoras de Políticas Institucionais

Fabiana Costa Oliveira Barreto

Luísa de Marillac Xavier dos Passos

Alessandra Campos Morato

Corregedores-Gerais no biênio

Amarílio Tadeu Freesz de Almeida

Marinita Maria da Silva

Ouvidor

Paulo Tavares Lemos

Coordenadora-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Suzana Vidal de Toledo Barros

Cordenador do Centro de Produção

Análise, Difusão e Segurança da Informação

Amarílio Tadeu Freesz de Almeida

Promotor-Chefe Especial Criminal

Daniel Rodrigues de Faria

Promotor-Chefe de Brasília

Nelson Faraco de Freitas

Promotoras-Chefe da Infância e Juventude

Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Cláudia Valéria Pereira de Queiroz

Promotores-Chefe de Taguatinga

Vyvyany Viana Nascimento

Jamil Amorim Filho

Promotores-Chefe de Ceilândia

Amaury Damasceno e Vasconcelos

Clara Regina Paim Diaz

Denio Augusto de Oliveira Moura

José Wilson Ferreira Lima

Thiago André Pierobom de Ávila

Promotor-Chefe do Gama

Wanderley Ferreira dos Santos

Promotor-Chefe de Santa Maria

Ricardo Wittler Contardo

Promotor-Chefe de Samambaia

Marcel Nobrega de Araujo

Promotor-Chefe de Sobradinho

Rogério Shimura

Promotor-Chefe de Planaltina

Wagner de Castro Araújo

Promotor-Chefe de Brazlândia

Andrea Jorge Siqueira

Promotora-Chefe de Paranoá

Valéria Marques dos Santos Rocha

Secretária do Conselho Superior

Cléa Câmara Segurado

Assessor Parlamentar

Aldo Oliveira Gil

Assessora de Comunicação Social

Conchita Rocha

Assessora de Cerimonial

Ana Lúcia dos Santos Nogueira

Coordenador de Segurança Institucional

Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho

Assessor de Segurança Institucional

Major Antônio José Ferreira

Chefe do Departamento de Apoio Administrativo

Marcos Cesar Moreira Giraldes

Chefe do Departamento de Recursos Humanos

Leomar Daroncho

Chefe do Departamento de Arquitetura e Engenharia

Regina Fátima Fonteles Cabral

Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

Hilton Muniz de Almeida

Chefe do Departamento de Modernização Administrativa

José Joaquim Vieira Araújo

Chefe do Departamento de Perícias e Diligências

Antônio Jorge Lunardi

Expediente

Coordenação da Edição: Conchita Rocha

Revisão: Adriana Custódio

Fotos: José Evaldo Vilela

Impressão: Gráfica Editora Aliança

Diagramação: Felipe Venâncio Alves

Projeto Gráfico: Via Brasília Editora e Marketing



Dirijo estas palavras de agradecimento e de louvor a todos aqueles membros e servidores do Ministério Público do DF e Territórios que, nesse período tão significativo de nossas vidas, doaram seu tempo, sua energia, sua inteligência e seu talento em prol de ideais que, sem qualquer jogo de palavras, foram construídos de modo cooperativo, intemorato e amoroso.

Cumprimos nossa missão - e como é bom ter a certeza disso! - porque acreditamos uns nos outros; porque dividimos responsabilidades e preocupações; porque não hesitamos em levar adiante projetos que acrescentaram valor às vidas de tantas pessoas; porque sempre colocamos a sociedade, o bem comum e o Ministério Público à frente de nossos interesses particulares. Enfim, assim agimos porque nossa vontade de acertar e de construir coisas boas suplantou nossos defeitos, nossas vaidades, nossas limitações.

Meu agradecimento é absolutamente sincero, especialmente aos que integraram, formalmente, nossa equipe de trabalho, mas também a todos os que de algum modo, em sua promotoria ou procuradoria, em sua secretaria, setor, divisão ou departamento, colocaram o seu tijolo nas paredes que levantamos nesses dois anos.

Nosso trabalho foi reconhecido e aprovado porque refletimos o brilho de uma constelação, na qual cada estrela, embora possua luz própria, soma-se ao brilho de tantas outras e compõe uma imagem que somente em razão dessa miríade luminosa pode ser vista a grandes distâncias.

Estejam certos de que levo, registradas em meu coração e em minha memória, somente as alegrias, as amizades e as boas experiências que vivenciei.

Um afetuoso abraço,

Rogerio Schietti Machado Cruz

“Nossa Instituição pode ser comparada a uma grande orquestra, na qual os seus membros executam os mais diversos instrumentos. Cada um de nós tem sua habilidade específica, cada um de nós tem seus pensamentos, sentimentos e predileções afetivas, o que é absolutamente natural. Mas o cuidado que devemos ter é o de impedir que essas saudáveis diferenças interfiram negativamente na execução harmoniosa e coesa de nossa sinfonia”.





Com o término do biênio 2004-2006, deixamos aos nossos colegas, membros e servidores do MPDFT, e à sociedade, um retrato do que foi a nossa experiência nesses dois anos de gestão.

Ao prestar contas, desejamos contribuir com projetos futuros, ao mesmo tempo em que colocamos o nosso trabalho à disposição para críticas e avaliações.

Hoje, 348 procuradores e promotores de justiça e 1051 servidores atuam pelo MPDFT para atender às demandas da comunidade. Todos os que participaram do modelo de gestão proposto pela Procuradoria-Geral de Justiça colocaram suas habilidades e competências à disposição da instituição e da sociedade, destinatária de nossa atuação.

Cientes de que nem sempre os frutos são colhidos por quem semeia, concluímos nosso trabalho com a certeza de que buscamos a mudança de paradigmas dentro e fora da nossa instituição.

Diálogo democrático	6
Projetos Diálogos	7
I - Cultura do diálogo e da integração	7
II - Reformulação de atribuições	8
III - Filosofia de trabalho em equipe	9
IV - Cultura de planejamento	10
V - Cultura de Estruturas Racionais e eficientes	11
VI - Cultura da informação de qualidade	11
VII - Trabalho participativo	11
MPDFT e Sociedade	12
Canal direto com a comunidade	13
Prioridade para a criança e o adolescente	14
Em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente	16
Fórum contra a violência	17
Estágio especial para adolescentes	18
Sistema de Justiça Infanto-Juvenil	19
Ouvidoria	19
Voluntariado em prol da criança	20
MP de Portas Abertas	22
Fortalecimento da Rede Social Parceira para a execução de Medidas Alternativas	23
Conselho de pesquisa multidisciplinar	23
Em defesa dos Direitos Humanos	24
Comissão de Direitos Humanos	25
MPDFT contra a Tortura	25
Núcleos de direitos humanos	26
Espaço Humanidade	27
Em defesa do patrimônio público	28
Centro de Inteligência	29
Atuação no âmbito criminal	30
Constitucionalidade das Leis	30
Gestões Políticas e Legislativas	32

Defesa de prerrogativas	32
Vice-procuradoria-geral de justiça e descentralização administrativa	33
Defesa da sociedade nos Tribunais Superiores	34
Atuação na área cível	35
Preservação da memória do MPDFT	35
Novas regulamentações do Conselho Superior	36
Transparência na comunicação interna e externa	37
Internet e intranet ganham novo formato	37
Contato com a mídia	37
Segurança Institucional	39
Gestão Administrativa	40
Expansão da área de Informática	40
Orçamento participativo	41
Aperfeiçoamento funcional	42
Ampla capacitação de membros e servidores	44
Ampliação do programa de pós-graduação	44
Recursos Humanos	44
Ambientação de servidores	45
Ambientação de promotores de justiça adjuntos	45
Novas diretrizes para a Biblioteca	46
Renovação da frota oficial de veículos	47
Expansão da estrutura física do MPDFT	47
Inauguração de três novos edifícios-sede	47
MPDFT bem adaptado para atuar com eficiência	48
Departamento de Perícias e Diligências ganha nova estrutura	48
Novos critérios para condecorações	49
Programa de Gestão Ambiental	49
Propostas da Procuradoria-Geral de Justiça	50

Diálogo democrático

Os projetos e ações desenvolvidos em prol do MPDFT e da comunidade, ao longo desses dois anos, foram pautados pelo compromisso com a democracia, com a ética e com a transparência, preceitos que nortearam os atos da Procuradoria-Geral de Justiça.

“Falar de democracia é tarefa mais cômoda do que agir democraticamente. E agir democraticamente é, acima de tudo, assumir uma postura de diálogo, de integração, de participação de todos na gestão da coisa pública e na tomada de decisões. É aceitar adversidades, é acolher a crítica com humildade, é admitir os erros e procurar corrigi-los o quanto antes; é, enfim, reconhecer que, na essência, somos todos iguais”.

Projetos *Diálogos*

Lançado em 1º de setembro de 2004, o *Diálogos* foi a primeira grande iniciativa de auto-avaliação do MPDFT com o objetivo de definir parâmetros de evolução e de aferição de resultados, aperfeiçoar o seu sistema de informações e estabelecer o planejamento estratégico de sua atuação. Para tanto, foram realizadas diversas reuniões, com membros e servidores, com a finalidade de serem colhidos dados das variadas realidades existentes na instituição. Ao longo da execução do *Diálogos*, ocorreram três grandes eventos. Dois deles, o “I Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores – *Diálogos para o Futuro*” e o “*Diálogos de Servidores do MPDFT – Valores e Missão*”, realizados com o intuito de ouvir membros e servidores da área-fim. O terceiro evento “*Diálogos: Resultados e Desafios*” apresentou os produtos decorrentes do projeto e apontou para novos caminhos institucionais.

Os resultados do projeto podem ser sintetizados nos seguintes tópicos:

I - Cultura do diálogo e da integração

A importância da comunicação e integração entre os vários componentes do MPDFT e entre as diversas áreas de atuação e campos de trabalho foi tema recorrente nas discussões do *Diálogos*.



Membros reunidos no 1º Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores – *Diálogos para o Futuro*



Servidores reunidos no encontro *Diálogos* de Servidores do MPDFT – “Valores e Missão”

"O Ministério Público é de todos. Todos devem merecer o seu espaço e a sua voz dentro desta casa, que é a casa da democracia. Vivemos sob o mesmo céu e devemos também ter o mesmo horizonte".

A partir de então, iniciaram-se estudos para aperfeiçoamento da comunicação. Os projetos-piloto de banco de pareceres e de sistemática de reuniões entre os integrantes da mesma área, em andamento junto às Promotorias de Fazenda Pública e do Patrimônio Público e a Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada – Patrimônio Público e Social, demonstram como a organização e a tecnologia podem servir à integração do Ministério Público.

Na busca de soluções conjuntas e gestão participativa, foram incluídos, nos trabalhos, todos os integrantes do MP que, para tanto, se dispuseram a dar sua contribuição.

O resultado reflete-se em todas as ações e decisões da gestão da Procuradoria-Geral de Justiça no biênio 2004/2006, que foram norteadas pelas propostas e soluções apresentadas durante cada processo decisório.

II - Reformulação de atribuições

A reformulação de atribuições das Promotorias de Justiça do MPDFT é fruto da escuta de todos os membros, que identificaram os problemas de conflito ou pouca clareza em algumas atribuições segundo as regulamentações então existentes. No processo de elaboração das modificações buscou-se o consenso e a constante participação de todos os interessados.

Entre as reformulações efetivadas, destacam-se:

- reformulação do Núcleo de Controle Externo;
- reformulação da área de patrimônio público;
- reformulação da área de execuções penais;
- reformulação da área de família, na fiscalização dos interditos;
- reestruturação e redimensionamento da área de combate ao crime organizado e inteligência.

Além disso, foi realizado estudo, por Grupo de Trabalho do *Diálogos*, sobre a descentralização das promotorias especializadas, indicando a necessidade de implementação de melhores mecanismos de atendimento ao público.

A Portaria 500 do PGJ, de 25/05/06, consolida as diversas modificações realizadas, com uma linguagem clara e concisa, facilitando o acesso às informações sobre atribuições dos órgãos do MPDFT, tanto para integrantes da instituição quanto para o público em geral.

III - Filosofia de trabalho em equipe

A criação de um novo formato de atendimento para a área-fim do MPDFT, na Promotoria de Justiça de Brasília, com a retirada de divisórias entre as secretarias das promotorias de justiça de mesma atuação também atende às demandas

decorrentes do *Diálogos*. A mudança teve como objetivo ampliar a integração e a cooperação dentro das unidades, permitindo que servidores e promotores de justiça compartilhem habilidades e recursos disponíveis, proporcionando melhores condições de trabalho, a exemplo do que já ocorria, com sucesso, nas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e nas Promotorias de Justiça de Taguatinga.

Coube ao Departamento de Recursos Humanos promover o treinamento dos servidores, adaptando-os à nova forma de trabalho e, ao Departamento de Arquitetura e Engenharia, a adaptação das promotorias ao novo *layout*.



Retirada de divisórias tornou trabalho mais cooperativo na área-fim

IV - Cultura de planejamento

O MPDFT vem desenvolvendo a cultura de planejamento em seus projetos e ações, utilizando metodologias que possibilitem acompanhar e avaliar todas as etapas dos trabalhos desenvolvidos.

A adoção dessa cultura permitiu uma grande economia de recursos e a possibilidade de se fixar metas a longo, médio e curto prazo. Por isso, a Procuradoria-Geral estimulou as Promotorias de Justiça a elegerem metas a serem atingidas dentro do período de um ano. O Projeto Política de Atuação foi elaborado com a participação direta dos promotores das várias áreas.

A fixação de diretrizes conjuntas entre áreas afins possibilitou um diálogo maior entre os colegas, propiciando a produção de critérios para a fixação de prioridades, meios de atingi-las, mecanismos de verificação do cumprimento da meta e a apresentação dos resultados alcançados.

Como exemplos de metas alcançadas pode-se citar os projetos das promotorias de defesa da filiação e das promotorias de família.

Por meio de um convênio entre a Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação (Profide) e a Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais (Ampare), em novembro de 2005, foi criado o Fundo de Reserva para realizar exames de DNA, beneficiando a população carente. Os promotores de justiça da área criminal são os responsáveis pela proposição de penas alternativas pecuniárias para custear a realização dos exames. Já à Profide, que coordena o projeto, cabe administrar o Fundo para realização dos exames, com especial atenção quanto ao fluxo de caixa. E a Central de Medidas Alternativas (CEMA), que auxilia as promotorias especiais criminais, as medidas alternativas pecuniárias destinadas ao fundo para realização dos exames de DNA.

Importante reformulação ocorreu nas Promotorias de Justiça de Família, que passaram a fiscalizar entidades públicas ou privadas, responsáveis pela internação de pessoas com anomalia psíquica.

V - Cultura de estruturas racionais e eficientes

O Projeto *Diálogos* conseguiu produzir um amplo diagnóstico sobre a forma de organização institucional, subsidiando estudo de racionalização da estrutura do MPDFT que foi disponibilizado para utilização dos futuros gestores.

VI - Cultura da informação de qualidade

Outra ação resultante das propostas apresentadas no *Diálogos*, a partir da escuta das várias áreas, foi o desenvolvimento de um novo Sistema de Controle de Informações Processuais, o SISPRO-WEB, ferramenta desenvolvida para manter o controle de qualidade das informações, imprescindíveis para subsidiar as decisões institucionais, dar transparência às atividades do MPDFT, bem como avaliar seus resultados.

A construção do novo sistema contou com os estudos de Grupo de Trabalho do *Diálogos*, realizados com base em consensos, a partir da escuta das várias áreas do MPDFT. Com esse trabalho, conseguimos uniformizar conceitos, identificando com precisão o que é manifestação, o que é ciência, por exemplo, além de racionalizar as tabelas, como a de atos praticados, permitindo maior confiabilidade dos dados produzidos.

VII - Trabalho participativo

Questões que dividem opinião dentro do MPDFT foram conduzidas por grupos de trabalho do *Diálogos*, favorecendo a base para construir decisões institucionais, a partir da ampliação do debate pelo Conselho Superior.

Os grupos de trabalho, decorrentes do Encontro do Projeto *Diálogos*, encaminharam estudos referente aos temas "*Titularização e Substituição*", em andamento no Conselho Superior do Ministério Público e a "*Criação e Extinção de Promotorias e Procuradorias de Justiça*", em trâmite na Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.



MPDFT cria fundo para realizar exame de DNA gratuitamente.

MPDFT e Sociedade

Cumprindo um dos três objetivos do Projeto *Diálogos*, promotores de justiça de diversas áreas reuniram-se para definir estratégias de atuação para o ano.

Canal direto com a comunidade



O forte compromisso com o cidadão levou ao estabelecimento da meta Criança e Adolescente para o biênio, à implantação da Ouvidoria, do Projeto de Fortalecimento da Rede Social e Parceira para a execução de Medidas Alternativas e à realização da terceira edição do evento Ministério Público de Portas Abertas, bem como a consolidação do trabalho de combate à violência nas escolas, com a criação do Grupo de Apoio à Segurança Escolar.

Ainda na linha das ações cujo foco é a manutenção de um canal direto com a comunidade, a Procuradoria-Geral manteve o apoio permanente a projetos das promotorias de justiça, como o *Pai Legal nas Escolas*, *Abrigo Legal* e *MP Mais Perto de Você*. Além disso, abriu sua agenda para propor ou atender a pedidos de audiências públicas sobre temas importantes para a sociedade, tais como a alienação de terras públicas para templos religiosos, a situação do sistema prisional e do ensino público no Distrito Federal.

Considerando fundamental o apoio a iniciativas legítimas do Governo em prol da comunidade, o MPDFT encampou campanhas como a de desarmamento e prevenção ao uso de drogas, dando a sua contribuição para minimizar a situação de violência no país. Um posto de arrecadação de armas foi instalado no edifício-sede, ficando a coleta sob a responsabilidade do 12º Batalhão Judiciário da Polícia Militar do DF.

As ações empreendidas pela Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDCC) também contribuíram de forma significativa para que o MPDFT ampliasse a aproximação com a comunidade. O órgão coordenou diversas comissões que trataram de temas como Sistemas de Transporte Coletivo do DF; irregularidades relacionadas ao DPVAT; averbação gratuita de registro para filhos com paternidade reconhecida; fiscalização do trânsito no DF; concessão de passes estu-dantis; promoção da igualdade racial; atuação dos Titulares dos Ofícios de Registros de Imóveis; atendimento postal na região do Núcleo Rural do Rio Preto; permissões de táxi no DF; atuação dos tribunais de mediação e arbitragem do DF; e os direitos dos presidiários. Além disso, o espírito de equipe e a transversalidade caracterizaram a atuação da PDCC, notabilizando-a por sua interação com diversas promotorias de justiça.

Prioridade para a criança e o adolescente

"Para os colegas, membros e servidores que participam daquela outra obra – a de edificação e de restauração de famílias e de crianças – gostaria de deixar os versos encorajadores do dramaturgo e poeta norte-americano T.S. ELIOT:

Muito a derribar, muito a edificar, muito a restaurar.

Que não se arraste o trabalho, que tempo e braços não mais sejam desperdiçados.

Que da fuma se desgarre a argila, que o cutelo talhe a pedra.

Que o fogo não vacile em vossa forja."

Anunciada no dia 24 de junho de 2005, a Meta Criança e Adolescente norteou as ações do MPDFT no segundo ano da gestão, priorizando, nos atos institucionais, o cumprimento dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente e mantendo os objetivos de articular instituições públicas e privadas, e de estimular projetos e campanhas voltados para a proteção à criança e ao adolescente. A partir da iniciativa, ações e projetos das promotorias de justiça e da Procuradoria-Geral voltaram seus olhos com especial atenção para o tema.



Ações e Programas desenvolvidos pela Administração e pelas Promotorias de Justiça

- **Inauguração da sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.**
- **Estágio Especial para Adolescentes em Conflito com a Lei.**
- **Criação do Núcleo de Combate à Violência e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.**
- **Fórum de Discussão para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no DF, em Brasília.**
- **Evento *MP de Portas Abertas*, sob o enfoque Criança e Adolescente, em Taguatinga.**
- **Ampliação do Projeto Pai Legal nas Escolas.**
- **Gincana do Natal Solidário.**
- **Campanha de Doação e Incentivo à Leitura – Dia Mundial do Livro.**
- **Audiência Pública sobre o Sistema de Justiça Infanto-Juvenil do DF.**
- **Publicações: cartilhas *Abrigos para Crianças e Adolescentes*, *Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente*.**

Em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente

Sempre atento à defesa dos interesses sociais, a Procuradoria-Geral de Justiça encaminhou ao governador do Distrito Federal recomendação proposta pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, cobrando a inclusão, na Proposta Orçamentária de 2005, de recursos públicos para o cumprimento de decisão judicial do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, datada de 1993, que determinou a construção de estabelecimentos destinados à execução das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.



Procurador-Geral de Justiça constata irregularidades no CAJE e pede intervenção no DF

Em abril de 2005, o procurador-geral de justiça visitou o Centro de Atendimento Juvenil Especializado do DF (CAJE) e averiguou os fatos já noticiados por um relatório elaborado pela Comissão Especial instituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a respeito das precárias condições da instituição destinada à internação de adolescentes infratores. Foi a primeira visita de um procurador-geral de justiça àquela instituição.

Em razão do descumprimento da medida judicial e da falta de reação do Governo local às iniciativas do MPDFT, em 4 abril de 2005, o PGJ ajuizou no Tribunal de Justiça do DF e Territórios pedido de intervenção federal no DF, o que provocou providências do GDF para o cumprimento da referida decisão.

Em 4 de agosto de 2005, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude ganhou uma nova casa. Ao oferecer um espaço adequado à Promotoria, o MPDFT reconhece a importância do trabalho desenvolvido por membros e servidores e valoriza também aqueles que nela buscam o apoio institucional para crianças e jovens brasileiros.



A nova sede da promotoria segue projeto padrão da arquitetura das edificações do MPDFT, com adaptações ao público infanto-juvenil.

A promotoria foi construída em um terreno de 5.950 m² e conta com cerca de 4.900 m² de área que privilegia o acesso especial para portadores de deficiência física e a adequação às normas ambientais, contra o desperdício de água e energia elétrica.

Fórum contra a violência

Uma das respostas ao chamamento feito pela Procuradoria-Geral de Justiça foi a realização do *Fórum de Discussão para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no DF*, pela Promotoria de Justiça de Brasília, em outubro de 2005. O Fórum reuniu centenas de integrantes da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente no Distrito Federal, com o objetivo de mobilizá-los para ampliar ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal.



Fórum de Brasília reuniu autoridades e sociedade para debater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 227 da Constituição Federal - 1988.

Estágio especial para adolescentes

Seguindo a meta estabelecida, a Procuradoria-Geral de Justiça criou o *Programa de Estágio Especial para Adolescentes* que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, com o desenvolvimento de habilidades técnicas em informática e a construção de referenciais positivos, adequados ao relacionamento socioprofissional. O treinamento é realizado por servidores da instituição. Até o fim da gestão, foram realizadas seis turmas do "Curso Básico de Informática para o Estágio Especial", com alunos moradores de Santa Maria, Gama, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Brasília.



Estágio para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Sistema de Justiça Infanto-Juvenil

A promotoria de justiça de Defesa da Infância e da Juventude realizou, em junho de 2006, audiência pública na qual foi apresentado o Diagnóstico sobre o Sistema de Justiça Infanto-Juvenil do Distrito Federal – *Realidade e Perspectivas*.

O trabalho resultou de pesquisa elaborada pela Promotoria em conjunto com a Vara da Infância e da Juventude, Defensoria Pública, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Delegacia da Criança e do Adolescente e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na qual, cada órgão fez um relato sobre as dificuldades encontradas para o exercício de suas atribuições e deu sugestões para o combate a esses obstáculos.

A ausência de abrigos que atendam crianças e adolescentes usuários de drogas, o desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pelos policiais militares e a superlotação nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas são alguns dos problemas apontados.

Ouvidoria

A Ouvidoria do MPDFT é um dos canais de comunicação criado por essa gestão para dar voz aos usuários de nossos serviços. Desde a sua inauguração, em 11 de novembro de 2005, o órgão vem recebendo, diariamente, sugestões, reclamações, críticas e elogios sobre os serviços prestados pela instituição, ao mesmo tempo em que esclarece, informa e orienta o cidadão acerca de seus direitos.

Todo o trabalho de atendimento oferecido pelo órgão pode ser acompanhado por meio de estatísticas, em um ícone disponível na primeira página do site da instituição. O atendimento à população é feito pelo formulário eletrônico do site do MPDFT, www.mpdft.gov.br, pelos telefones **0800-6449500** ou **127**, ou, ainda, por meio de correspondência encaminhada ao edifício-sede do órgão.

Voluntariado em prol da criança

Engajados na cultura de voluntariado, já consolidada no MPDFT, membros e servidores realizaram, entre os meses de setembro e dezembro de 2005, a 1ª Gincana do Natal Solidário, arrecadando doações para entidades filantrópicas de apoio à criança e ao adolescente do Distrito Federal. O evento, cujo ponto alto foi a festa natalina da instituição, fortaleceu a integração e o espírito de cooperação, contabilizando um total arrecadado de 2.590 brinquedos; 1.349 peças de roupa infanto-juvenil; 2.982 livros de literatura infanto-juvenil; 457 cadernos; 227 caixas de lápis de cor; 1.171 litros de leite; 1.547 quilos de arroz; 684 quilos de açúcar; 1.034 pacotes de fraldas descartáveis e 1.260 sabonetes.



Gincana natalina beneficia crianças e adolescentes do DF.



MPDFT mobilizado na campanha de doação de livros e incentivo à leitura.

*Os poemas são pássaros que
chegam não se sabe de onde e
pousam no livro que lê.
Quando fechas o livro, eles alçam vôo
como de um alcapão.
Eles não têm pouso nem porto
alimentam-se um instante em
cada par de mãos e partem.
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
no maravilhoso espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...*

Mario Quintana

Mais uma das ações em cumprimento à meta estabelecida, a *Campanha de Doação e Incentivo à Leitura* alcançou a marca de mais de 10 mil volumes recebidos, para doação a entidades de atendimento a crianças carentes, deficientes visuais e auditivos. Membros e servidores, juntamente com seus filhos, participaram intensamente da mobilização, distribuindo panfletos e sensibilizando a população, que aderiu prontamente. Paralelamente, os servidores da instituição promoveram ações beneficentes internas para arrecadar fundos para a compra de obras em Braille.

A Campanha de Doação, coordenada pela PROEDUC e pela Assessoria de Cerimonial, foi criada para estimular a leitura e destacar a sua importância para a educação de jovens e crianças, principal enfoque dessa gestão. O ápice da mobilização aconteceu no dia 24, com a palestra da poetisa Adélia Prado sobre a força humanizadora da poesia, e no dia 25, com um evento no qual cerca de 800 crianças das redes pública e particular de ensino tiveram oficinas e palestras voltadas a estimular o amor pela leitura.

MP de Portas Abertas

Criado na gestão anterior, o evento MP de Portas Abertas ganhou continuidade nesse biênio com duas edições, uma realizada no edifício-sede, em setembro de 2004, e outra, em Taguatinga, no mês de setembro de 2005. O foco da terceira edição do evento foi a divulgação das ações e o atendimento prioritário para a criança e o adolescente.

O *MP de Portas Abertas* tem por objetivo apresentar à sociedade o MPDFT, por meio de seus projetos e ações, tanto no âmbito judicial quanto no extrajudicial, enfatizando o caráter social das ações e serviços prestados à população. Busca, ainda, fortalecer a credibilidade da instituição perante a sociedade do Distrito Federal, prestando contas dos seus atos ao público-alvo da atuação institucional.



MP de Portas Abertas – instituição mais próxima da comunidade

Fortalecimento da Rede Social Parceira para a execução de Medidas Alternativas



Evento comemorou os 10 anos da Lei 9099, em outubro de 2005.

O diálogo com a sociedade foi ampliado também a partir da Central de Medidas Alternativas que, neste biênio, ganhou setores em Santa Maria, Paranoá, Planaltina, Sobradinho, Brasília, Guará e Núcleo Bandeirante. Foram realizados fóruns sobre Medidas Alternativas com instituições da sociedade civil para refletir e deliberar sobre seu papel no sistema de Justiça Penal. O resultado desses debates foi levado à discussão no Fórum Distrital sobre Medidas Alternativas, em julho de 2006. Os eventos contribuíram para elevar o grau de mobilização e consciência dos grupos componentes das redes sociais locais para o enfrentamento de seus problemas.

Conselho de pesquisa multidisciplinar

Para subsidiar a aplicação de medidas alternativas, foram realizados convênios e outras formas de parceria com entidades governamentais e não-governamentais. Entre eles, o convênio com o SESC para recebimento de prestadores de serviço e a parceria com o Projeto Justiça Comunitária do TJDF, que desenvolve um projeto-piloto na cidade de Ceilândia para ampliação da justiça estendida à comunidade. Uma outra iniciativa foi a criação de um conselho de pesquisa multidisciplinar e interinstitucional, para estudo e produção de conhecimento sobre Medidas Alternativas.

O Conselho de Pesquisadores do MPDFT foi instituído em outubro de 2005, em evento comemorativo aos 10 anos da Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais e ampliou as possibilidades de aplicação de alternativas penais à pena de prisão. O Conselho está em pleno funcionamento e já realizou 2 seminários com os temas "*Penas e Medidas Alternativas valem a pena? - Fundamentos teóricos jurídicos e sociológicos*", em novembro de 2005, e "*Impunidade - aspectos, éticos, jurídicos e culturais*", em março de 2006.

Em defesa dos Direitos Humanos

A defesa dos Direitos Humanos teve espaço permanente na atuação do MPDFT durante o biênio.

“Qualquer ação, humana ou institucional, que se oponha, injustificadamente, ao livre desenvolvimento da personalidade, deve ser combatida, sob as regras e limites do Estado de Direito, com o equilíbrio, a racionalidade e a sensibilidade próprias da herança iluminista”.

Comissão de Direitos Humanos

Em 15 de fevereiro de 2005, foi instituída, pela Portaria PGJ nº 112, a Comissão de Direitos Humanos do MPDFT com o intuito de estudar formas de articulação entre as promotorias e procuradorias de justiça que atuam na área e apresentar um diagnóstico sobre a situação da tortura no Distrito Federal. A criação do grupo foi motivada pelos resultados apresentados nas recentes conferências de direitos humanos que revelam uma demanda social para que o Ministério Público fortaleça sua atuação na proteção, promoção e defesa desses direitos, bem como pelo compromisso estabelecido entre os Ministérios Públicos Estaduais e o Ministério Público da União para a consolidação de uma política de atuação do MP brasileiro nessa área.

MPDFT contra a Tortura

Em novembro de 2004, o MPDFT sediou a oficina "Todos Contra a Tortura", com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPDFT e do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, selando o compromisso do MPDFT com a questão.

Dando curso ao compromisso assumido durante o evento, o procurador-geral de justiça encaminhou ao então presidente do TJDF o ofício em que solicitava o cumprimento do art. 7º, parágrafo 5º, do Decreto 678/92 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), que materializa o direito do preso a ser conduzido, sem demora, à presença de um juiz de direito.

A Comissão de Direitos Humanos deu seguimento aos estudos sobre a situação da tortura no DF, a partir de dados da Campanha Nacional de Combate à Tortura e à Impunidade. Foram realizadas audiências com representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF, ouvidores do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça – Depen, representantes da Associação de Familiares e Amigos dos Presos – AFAP, da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e do Conselho dos

“No dizer de Slavoj Zizek, ‘o que caracteriza utopia é literalmente a construção de um espaço utópico, um espaço social fora dos parâmetros existentes, dos parâmetros do que parece possível no universo social existente’. ‘Utópico’ é um gesto que muda as coordenadas do possível. Vamos mudar essas coordenadas do possível, mediante ações corajosas, que, atentas ao retrovisor da história, mirem o horizonte descortinado à frente de nosso tempo”.

Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. Foram também realizadas visitas ao sistema prisional e análise de processos judiciais e procedimentos investigatórios do MPDFT.

Como resultado, a Comissão publicou, em maio de 2005, o relatório *Situação da Tortura no Distrito Federal*.

A partir desse relatório, verificou-se a necessidade de se promoverem modificações no MPDFT para melhor tratamento da questão, como a definição de um único órgão para o acompanhamento das investigações, proposição e acompanhamento da ação penal até o trânsito em julgado da sentença penal definitiva nos casos de tortura, e a alteração das Promotorias de Justiça de Execuções Penais, para que os estabelecimentos prisionais e os processos de interesse dos presos sejam acompanhados mais de perto.

A iniciativa de um diálogo institucional mais estreito com os órgãos que atuam junto ao sistema prisional do DF e com a sociedade civil organizada possibilitou a organização do Fórum Interinstitucional sobre o Sistema Prisional do DF e um compartilhamento mais eficiente de informações, com o acesso pelo MPDFT ao sistema informatizado da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF (SESIPE).

Em 2 de dezembro de 2005, a Procuradoria-Geral de Justiça criou grupo de trabalho específico na Comissão de Direitos Humanos do MPDFT, com o objetivo de encontrar soluções, juntamente com os promotores de justiça da área e as instituições responsáveis, para questões consideradas mais urgentes relativas aos presos do DF (vagas de trabalho, visitas, conselhos da comunidade e patronatos, divulgação maior de seus direitos e deveres).

Núcleos de direitos humanos

Com o objetivo de oferecer amplitude às ações relacionadas ao tema Direitos Humanos no MPDFT, o procurador-geral de justiça instalou, em dezembro de 2005, três núcleos de direitos humanos: o *Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente*, o *Núcleo de Gênero Pró-Mulher* e o *Núcleo de Enfrentamento à Discriminação*.



Espaço Humanidade



Círculo de Leitura

O Núcleo de Enfretamento à Violência e à Exploração Sexual contra Criança e Adolescente foi criado para atuar na formulação e implementação de políticas públicas para a conscientização sobre os efeitos sociais negativos da violência contra a criança e o adolescente. Em Brasília foi promovido o Fórum de Discussão para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no DF, como forma da sociedade civil organizada debater e encontrar soluções locais próprias, relacionadas ao tema, com possibilidade de ampliação da experiência para outras localidades.

O reconhecimento e a conscientização da população em relação aos direitos e garantias da mulher, além da criação de políticas públicas que busquem a igualdade de gênero é o principal objetivo do Núcleo de Gênero Pró-Mulher. Curso sobre relações de gênero na contemporaneidade, ministrado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), da Universidade de Brasília, foi realizado no MPDFT para a capacitação de seus membros e servidores. Em Ceilândia, o Núcleo de Gênero Pró-Mulher, em parceria com a UnB e com organizações da sociedade civil, participa do projeto de capacitação de lideranças comunitárias, na área de gênero e cidadania, intitulado "*Promotoras Legais Populares*".

O Núcleo de Enfretamento à Discriminação – NED cuida da promoção da igualdade racial e do combate a toda e qualquer forma de discriminação a pessoas ou a grupos discriminados.

Espaço Humanidade

O *Espaço Humanidade* foi criado em dezembro de 2005 para abrigar eventos do MPDFT na área de Direitos Humanos, somando-se à série de ações encampadas pelo MPDFT para ampliar a proteção e salvaguarda dos direitos humanos. Localizado no térreo do edifício-sede do MPDFT, conta com painéis escritos com trechos de tratados e declarações internacionais versando sobre temas como igualdade, liberdade, tolerância, solidariedade, meio ambiente e educação. O espaço abriga inúmeros eventos relacionados ao tema Direitos Humanos, entre eles, o Círculo de Leitura, debates periódicos com a presença de professores e intelectuais, membros e servidores do MPDFT.

Em defesa do patrimônio público

A Procuradoria-Geral de Justiça, juntamente com promotores de justiça das promotorias de justiça do Patrimônio Público e Social (Prodep), de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) e do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (Prodema), mantiveram uma postura firme na questão dos loteamentos de terras públicas. Em carta aberta ao então governador do Distrito Federal, cobrou-se a observância da licitação como meio legal para a alienação de bens públicos, de modo a atender aos princípios da impessoalidade e moralidade dos atos do Poder Público.



A correta aplicação de recursos públicos foi também uma grande preocupação do MPDFT durante o biênio, resultando, entre outras ações, no envio, ao então governador do Distrito Federal, de ofício no qual o procurador-geral enfatiza a necessidade de rígidas medidas de controle no âmbito interno da Administração do Distrito Federal para evitar a continuidade de desvio de recursos públicos, em razão de fraudes na celebração de contratos sem licitação por meio do Instituto Candango de Solidariedade e pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan. Além disso, o procurador-geral fez pronunciamento perante o Conselho Especial do TJDF – e encaminhou ofícios aos desembargadores – relatando a grave situação vivenciada no Distrito Federal, relativamente à gestão dos recursos públicos e às intimidações anônimas ao trabalho desenvolvido pelo Ministério Público.

Preocupado com a necessidade de solução para inúmeros temas analisados pelo Ministério Público, o procurador-geral de justiça entregou, pessoalmente, à então chefe do Executivo local, em maio de 2006, ofício apontando problemas como a irregularidade na subcontratação de bens e serviços por meio de empresas terceirizadas; questão fundiária, principalmente a relativa aos loteamentos irregulares; a falta de servidores qualificados no sistema penitenciário para o cumprimento da LEP; necessidade de maior atenção para a execução de medidas socioeducativas; a ilegalidade e precariedade na operação dos transportes públicos; e, na área de meio ambiente, a necessidade de implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos e da destinação do lixo urbano e hospitalar no Distrito Federal.

Centro de Inteligência

Em 11 de novembro de 2005, o procurador-geral de justiça assinou as Portarias de reestruturação do setor de combate ao crime organizado no âmbito do MPDFT. O ato criou o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI), cuja atribuição principal passa a ser o gerenciamento do conhecimento sensível do interesse do Ministério Público. O CAOCrim passou a denominar-se Núcleo do Combate a Organizações Criminosas (NCOC). Foi também reestruturado o NICCEAP, que passou a denominar-se Núcleo do Controle Externo da Atividade Policial (NCAP).

Outra novidade foi a criação do Núcleo de Combate à Tortura, conduzido pelos mesmos promotores de justiça do NCAP, valendo-se de sua estrutura administrativa. Dessa forma, o acompanhamento dos inquéritos policiais e ações penais por crimes de tortura passou a concentrar-se no NCAP e não mais nas promotorias criminais.

Com o objetivo de promover a eficiência na defesa do patrimônio público, permitindo a intervenção fiscalizatória, atuação investigativa e estratégica, foi criado o Núcleo de Defesa da Probidade (NUDEP). O Núcleo funciona mediante a instalação de comissões pelo procurador-geral de justiça, para apuração e acompanhamento estratégicos de graves fatos violadores da probidade administrativa e suas consequências.



Conselho Especial do TJDFT

Atuação no âmbito criminal

A Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio de sua Assessoria Criminal, exerceu suas atribuições perante o Conselho Especial do TJDFT, oferecendo denúncias e representações contra autoridades locais. Acompanhou também diversos atos de instrução, sustentando, por escrito ou oralmente, suas manifestações processuais e interpondo os respectivos recursos.

Além disso, foram requisitados inquéritos policiais, com vistas a apurar infrações penais eventualmente praticadas por agentes públicos e políticos, detentores de foro especial.

Outro importante trabalho desenvolvido pela Assessoria Criminal foi o de divulgar, internamente, notícias e ementário das principais decisões proferidas pelo TJDFT e pelos Tribunais Superiores, auxiliando os membros a manterem-se informados sobre as tendências da jurisprudência pátria.

Constitucionalidade das Leis

Ao longo dos últimos anos, o MPDFT vem realizando um crescente trabalho de controle de constitucionalidade sobre as leis e atos federais e distritais, propondo ações diretas de inconstitucionalidade e emitindo pareceres.

De agosto de 2004 a maio de 2006, foram ajuizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça 169 ADIs, que questionam a constitucionalidade de 413 normas distritais. As ações julgadas, até maio de 2006, resultaram na suspensão ou na declaração de inconstitucionalidade de 230 leis distritais.

O trabalho da Assessoria de Controle de Constitucionalidade permitiu ao MPDFT obter importantes resultados, destacando-se:

- **Concessão de liminar na ADI proposta contra as Emendas à LODF nº 13 e 17, que permitiam a alienação, sem licitação, de imóveis públicos aos seus atuais ocupantes.**
- **Suspensão da eficácia da Lei distrital 3283/2004, que estabelecia a definição de receita orçamentária para fins de destinação de recursos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e da Lei distrital 3704/2005, que estabelecia, novamente, dispensa da exigência de alvará de funcionamento para templos e previa a possibilidade de concessão de dois alvarás no mesmo endereço.**
- **Procedência do pedido em ADI proposta contra as Leis distritais 901/95 e 3.313/04, que permitiam a ocupação de áreas públicas por quiosques e similares sem prévia licitação.**
- **Declaração da inconstitucionalidade de 80 leis distritais, que promoviam a doação, sem licitação, de imóveis públicos a entidades religiosas.**
- **Procedência do pedido em ADI proposta contra a Lei distrital 2534/2000, que permitia a assunção, pelo GDF, de passivos trabalhistas oriundos do Instituto Candango de Solidariedade.**
- **Procedência do pedido em ADI proposta contra 24 leis distritais, que alteravam a destinação de lotes para a instalação de postos de abastecimento de combustíveis.**

Gestões Políticas e Legislativas

A Assessoria Parlamentar da Procuradoria-Geral de Justiça (APAR) teve ampliada a sua estrutura, passando a contar com sala própria e com equipe, o que lhe permitiu condições de elaborar e de manter atualizados arquivos informatizados, contendo os projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a respeito de matérias de interesse do Ministério Público.

Objetivando consolidar o relacionamento institucional com o Legislativo e assegurar a preservação das prerrogativas constitucionais de atuação do Ministério Público, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou, no biênio 2004/2006, inúmeras visitas a ambas as Casas do Congresso Nacional. Foram audiências e contatos com as respectivas Mesas Diretoras, lideranças partidárias, presidências de Comissões Técnicas e com os integrantes da bancada do Distrito Federal, nas questões relacionadas ao orçamento do MPDFT, visando à obtenção de recursos suplementares, e nas reformas do Judiciário e da Previdência. O procurador-geral de justiça, juntamente com integrantes de Comissões Especiais constituídas no MPDFT para exame das proposições relativas aos Códigos de Processos Civil e Penal, entregou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Câmara dos Deputados, relatórios contendo as conclusões dos estudos feitos pelo Ministério Público.

Defesa de prerrogativas

A preservação das prerrogativas processuais e institucionais dos membros do MPDFT se fez presente pela assessoria jurídica prestada a membros atingidos por sua atuação funcional, pela entrega de memoriais a magistrados, bem como pela participação direta do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

As prerrogativas institucionais e processuais dos membros do MPDFT estiveram sempre sob a vigilância e atenção do procurador-geral de justiça. Além da

assessoria jurídica oferecida aos colegas agravados em sua atuação funcional, o procurador-geral de justiça ocupou-se pessoalmente – com o auxílio da Assessoria de Recursos Constitucionais – do acompanhamento judicial de processos de interesse do MPDFT e de seus membros.

Outrossim, o procurador-geral de justiça posicionou-se firmemente em apoio ao trabalho de promotorias e comissões, divulgando notas oficiais e subcrevendo ofícios, requisições e recomendações destinados à defesa do interesse público e das prerrogativas funcionais e institucionais dos colegas.

Para oferecer maior apoio ao desempenho das funções da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas – CODAPRE, a Administração destinou-lhe uma sala de trabalho, facilitando o trabalho de defesa dos membros do MPDFT.

Em outra frente, a Administração adaptou para o MPDFT vídeos produzidos pelo Ministério Público de São Paulo com o objetivo de informar à população sobre a atuação do MPDFT na investigação criminal. Os vídeos foram exibidos no programa *Interesse Público*, da TV Justiça, e na TV Brasília.

Vice-procuradoria-geral de justiça e descentralização administrativa

O procurador-geral de justiça delegou ao vice-procurador-geral de justiça a prática de atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal.

Destaca-se a criação, em 4 de julho de 2005, do Comitê de Acompanhamento de Conteúdo e Divulgação de Informações no âmbito do MPDFT, presidido pelo vice-procurador-geral de justiça e integrado por representantes da administração superior, departamentos, promotorias e do CSMPDFT.

Além das suas naturais atribuições, a Vice-Procuradoria-Geral de Justiça recebeu algumas incumbências previstas no Plano de Ação, tais como a atualização do conteúdo de informações do Portal do MPDFT, inclusa no Projeto de Relacionamento Interno e Externo, e implantada em 10 de outubro de 2005, quando foi disponibilizada a nova página do site. Também foram delegados à Vice-Procuradoria as ações de modernização da Intranet do MPDFT e da elaboração de home page para intranet e internet das promotorias e departamentos.

O importante trabalho realizado pela Assessoria Cível, responsável pela análise e produção de peças jurídicas de interesse da Procuradoria-Geral de Justiça, somou-se ao da Assessoria de Recursos Constitucionais, ambas supervisionadas pela Vice-Procuradoria-Geral.

Defesa da sociedade nos Tribunais Superiores

Durante a gestão, houve intensa atuação na defesa da sociedade junto aos Tribunais Superiores, garantindo resultados eficientes e o deferimento de diversos recursos que consolidaram a atuação do Ministério Público como defensor da sociedade, da probidade administrativa e da investigação criminal.

Dentre as diversas questões recorridas, merecem destaque os feitos em que se discutiram a legitimidade do Ministério Público para intentar ação civil pública na defesa dos direitos transindividuais, a exemplo da discussão quanto à legalidade do TARE e dos contratos de gestão entre o Distrito Federal e o Instituto Candango de Solidariedade; a exoneração automática da pensão alimentícia, em virtude da maioria civil; a caracterização do concurso material dos crimes de roubo e extorsão, quando praticado "seqüestro relâmpago"; a corrupção de menor como crime formal; a proibição de concessão de liberdade provisória sem arbitramento de fiança nos crimes contra a economia popular e de sonegação fiscal e a conclusão que o estatuto do desarmamento, ao revogar a Lei 9.437/97, não criou *abolitio criminis* temporária para o crime de porte de arma. Relewa-se, por fim, informar quanto à elaboração de peças visando a intransigente defesa institucional e a manutenção das atribuições funcionais dos membros.

Atuação na área cível

Durante o biênio foi intensa a atuação da Procuradoria-Geral de Justiça junto ao Conselho Especial do TJDF, particularmente, na propositura de ações judiciais, na interposição dos recursos cabíveis e na apresentação de memoriais perante essa E.Corte e, conforme o caso, perante a Justiça Federal. No bojo destas ações foram discutidas matérias de grande interesse do Ministério Públicos tais como liberdade de atuação das promotorias especializadas, irregularidades no transporte público, contratação de serviços sem licitação, ocupação irregular do solo, controle da atuação das CPIs, conservação do meio ambiente, distribuição de medicamentos de alto custo, dentre outras. Em todos esses casos, foi mantido constante contato com as diversas Promotorias de Justiça Especializadas de forma a realizar um trabalho coeso e comprometido com os interesses sociais.

Preservação da memória do MPDFT



Como mais uma responsabilidade assumida pela Vice-Procuradoria, em 14 de dezembro de 2005, foi criado o Centro de Memória do MPDFT e lançado o livro "Quatro Décadas de História do MPDFT", ações previstas no Projeto de Relacionamento Interno e Externo.

O livro teve a tiragem inicial de 500 exemplares. Certamente, ao longo dos anos, novas publicações darão continuidade à história de nossa instituição, complementando as informações iniciais. Ainda, considerando a preservação histórica, implementou-se a estruturação do núcleo de documentação histórica e audiovisual, que integra o Projeto de Relacionamento Interno e Externo, com espaço físico

definido, aguardando apenas a reforma a ser realizada pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia, para seu pleno funcionamento.

No Projeto de gestão documental do MPDFT, a Vice-Procuradoria-Geral de Justiça também coordenou os trabalhos da Comissão Permanente de Avaliação dos Documentos.

Novas regulamentações do Conselho Superior

Muitas e importantes foram também as modificações normativas de interesse da Classe, produzidas pelo Conselho Superior, no biênio 2004/2006, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes:

- **Resolução nº 054**, que estabelece novas regras sobre as **condecorações** da "Ordem do Mérito".
- **Resolução nº 055**, que promoveu mudanças no Regulamento do **Concurso Público** de Ingresso na Carreira.
- **Resolução nº 060**, que disciplina procedimentos de **Investigação Criminal**.
- **Resolução nº 066**, sobre **inquérito civil**.
- **Resolução nº 067**, sobre **remoção** a pedido singular.
- **Resolução nº 068**, que regulamenta as **substituições** dos Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça.
- **Resolução nº 069**, que criou o **Plantão de 2ª Instância** no âmbito do MPDFT.
- **Resolução nº 070**, que instituiu o novo **Regimento Interno** do Conselho Superior.
- **Resolução nº 071**, que consolidou as novas regras sobre **afastamento** de membros do MPDFT para freqüentar **cursos de aperfeiçoamento e estudos**.
- **Resolução nº 072**, que estabelece critérios objetivos para **promoção por merecimento**.

Transparência na comunicação interna e externa



Internet e Intranet reformuladas

Um dos importantes compromissos da gestão foi o de conferir o máximo de transparência e publicidade aos seus atos, de forma a sujeitá-los a um saudável controle por parte da classe e da população.

Internet e intranet ganham novo formato

Para tornar a sua comunicação com os públicos interno e externo ainda mais dinâmica, houve a reformulação do *site* do MPDFT, transformando-o em um Portal da Internet, com informações prestadas de forma mais leve e dinâmica.

Em outubro de 2005 entrou em funcionamento a nova Intranet do MPDFT, destinada a facilitar o acesso a todas as informações de interesse dos membros e servidores.

Entre as novidades estão o Portal do Procurador e do Promotor de Justiça, com informações personalizadas para os membros da instituição, e o Últimas Notícias da intranet, que exhibe matérias jornalísticas e notas com informações atualizadas de interesse do público interno, produzidas pela Assessoria de Comunicação Social. Todas as Promotorias de Justiça têm ícones de acesso. Alguns assuntos de interesse público migraram para a página inicial, de acesso aberto ao público.

Para tornar ainda mais transparente as informações sobre o trabalho realizado pelas procuradorias e promotorias de justiça, foram disponibilizadas na internet e intranet estatísticas de atos praticados e movimentação processual dos procuradores e promotores de justiça, otimizando o sadio controle externo sobre nossos atos.

Contato com a mídia

As notas oficiais, comunicados e ofícios às autoridades foram também instrumentos utilizados para manifestar à população o posicionamento e o pensamento do Ministério Público sobre temas relevantes, bem como esclarecer eventuais distorções verificadas em matérias jornalísticas sobre atos do Ministério Público.

De julho de 2004 a abril de 2006 foram publicadas cerca de 2700 matérias pela mídia impressa com citações ou entrevistas sobre o MPDFT.

No mesmo período, foram exibidas 1523 matérias jornalísticas ou reportagens sobre o MPDFT em canais de TV.

O procurador-geral de justiça ou a Procuradoria aparece em aproximadamente 160 matérias de jornais e em 71 matérias de televisão.

A partir da contratação dos novos sistemas de *clipping* (compilação) de matérias publicadas na mídia impressa e em emissoras de TV, tornou-se possível, a partir do segundo semestre de 2004, o acompanhamento, por meio de um banco de dados, do crescimento do número de inserções do Ministério Público do DF e Territórios na mídia, as quais passaram a ser disponibilizadas em *link* localizado no ícone *Imprensa e Publicações* do Portal do MPDFT, inclusive as matérias veiculadas pelas redes de televisão.

Com o objetivo de informar melhor à comunidade sobre os atos da instituição, dando maior visibilidade a suas ações, foi realizado o seminário *1º Encontro MPDFT e Imprensa*, que reuniu estudantes e profissionais de jornalismo da imprensa nacional para um debate institucional com promotores de justiça e jornalistas da mídia nacional. No evento, foi apresentada a cartilha *Conheça o MPDFT*, destinada a orientar jornalistas que fazem a cobertura diária sobre a instituição.

Como forma de tornar a atuação do MPDFT ainda mais conhecida do público externo, foi contratado o serviço de produção de vídeos institucionais sobre o Projeto *Diálogos*, sobre o evento *MP de Portas Abertas* e sobre algumas de nossas promotorias de justiça. Os vídeos encontram-se em fase de produção, destinando-se à divulgação em emissoras de televisão como a Radiobrás, TV Justiça, bem como as de canal aberto. Esses vídeos também são destinados à divulgação em eventos internos ou externos, com participação da comunidade, membros e servidores do MPDFT.

Para atender à demanda de divulgação de ações do MPDFT nos diversos setores, a Assessoria de Comunicação Social do MPDFT imprimiu materiais específicos, de acordo com as características de cada trabalho. Foram impressas seis edições da publicação trimestral *MPDFT em Revista*, duas edições da *Revista Reviva* da Prodide, além de 55 modelos de folders, 14 modelos de cartilhas, 40 cartazes e 89 banners, além do livro *Quatro Décadas de História do MPDFT*.

O procurador-geral de justiça por sua vez, externou sua opinião sobre temas relevantes para a instituição e a sociedade, por meio de artigos publicados na mídia impressa.



1º Encontro MPDFT e Imprensa promove debate com profissionais da grande imprensa.

Atendendo a antigo anseio da classe e após inúmeras gestões da procuradoria-geral de justiça, o MPDFT passou a contar, a partir da reestruturação da Assessoria de Segurança Institucional, com o auxílio de oficiais qualificados e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, cedidos à instituição com o objetivo principal de reforçar a segurança institucional dos membros e servidores do MPDFT.

Do conjunto de ações desenvolvidas pela Assessoria de Segurança Institucional, destacam-se:

- **Segurança pessoal em estabelecimentos prisionais** – Ação de segurança aproximada a membros do MPDFT em atividades de diligência, inspeção, fiscalização, oitiva de detentos ou visita a estabelecimentos penais, com o objetivo de garantir a integridade física e moral da autoridade. Desde a instalação da ASI, os membros das Promotorias de Execuções Penais sempre solicitam e contam com o apoio da Assessoria.
- **Coordenação de segurança em oitiva de detentos e de testemunhas** – Trabalho de coordenação e acompanhamento dos serviços de segurança por ocasião da chegada, oitiva e saída dos detentos e testemunhas nos depoimentos, com o objetivo de garantir a incolumidade das autoridades e servidores durante as oitivas.
- **Coordenação de segurança em eventos diversos** – Trabalho de coordenação e acompanhamento dos serviços de segurança durante os eventos sob a responsabilidade do MPDFT.
- **Avaliações de segurança** – Atividade realizada junto a membros em situações de ameaça ou que passaram por situação de risco, e ainda como medida preventiva, com o propósito de subsidiar a tomada de decisão e adoção de providências relativas a segurança.
- **A aquisição de três detectores de metal**, para os prédios próprios do MPDFT também fez parte das ações destinadas a garantir a segurança institucional. Na área de comunicação administrativa, a implantação de telefonia digital com identificador de chamadas em todas as promotorias e procuradorias de justiça, no edifício-sede de Brasília, também possibilitou ampliar o fluxo da comunicação e a segurança na comunicação telefônica.

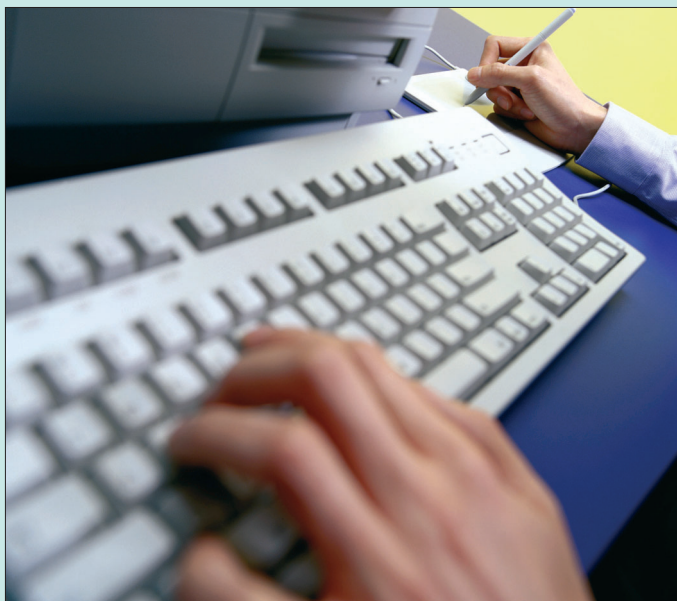
Gestão Administrativa

Expansão da área de Informática

Dentro do programa de Desenvolvimento Administrativo e do Projeto Rede de Informática, o MPDFT privilegiou ações voltadas à modernização do sistema de tratamento de informações e do parque de informática, com a renovação de 100% dos microcomputadores destinados a membros do MPDFT, e ao incremento das áreas de banco de dados e sistemas.

Entre as ações, destacam-se a criação de sistema de votação *on-line*, já utilizado com sucesso, permitindo que os membros, de seus próprios gabinetes, exerçam o direito de voto nas eleições internas do MPDFT.

Outro destaque foi a implantação do projeto-piloto do banco de peças processuais, inicialmente nas Promotorias de Fazenda Pública, o qual possibilitará a integração e troca de experiências entre os membros do MPDFT. O banco permite que os membros do MPDFT tenham acesso a todos os atos processuais e pronunciamentos em feitos do MP, o que deve permitir maior unidade no trabalho executado pela área-fim. A ferramenta utilizada é interativa, nos moldes dos mais modernos *sites* de busca, o que facilita a rapidez na busca de informações. Utilizando a mesma ferramenta foi também implantada uma estrutura para a busca de portarias da Procuradoria-Geral e da Direção-Geral, bem como para os recursos constitucionais.



Modernização dos equipamentos de informática do MPDFT.

Equipamentos de informática adquiridos durante o biênio: 691 computadores de mesa (acréscimo de 56,41%); 132 impressoras jato de tinta (acréscimo de 19,27%); 122 impressoras a laser (acréscimo de 580%); 17 servidores de rede (acréscimo de 27,87%); sete projetores multimídia (acréscimo de 36,84%) e 66 *scanners* de mesa (acréscimo de 68,75%).

Outras melhorias no setor de informática

- Implantação do novo Sistema de Controle e Acompanhamento de Feitos (SISPRO WEB), o que possibilitará, a partir dos dados armazenados no sistema, a produção de informações e conhecimento estratégicos para a instituição.
- Implantação do *Datawarehouse* do MPDFT: uma base de dados que consolida as informações gerenciais e estratégicas até hoje armazenadas no SISPRO, promovendo uma melhor tomada de decisão por parte da alta administração do MPDFT, a partir do grande acréscimo de conteúdo e qualidade das informações coletadas pelo Sistema.
- Substituição dos computadores destinados aos membros do MPDFT por equipamentos novos e conseqüente redistribuição dos equipamentos outrora destinados aos membros para sua área de apoio, promovendo a renovação do parque computacional do órgão.
- Modernização da infra-estrutura de rede e de banco de dados, tornando-os compatíveis com o aprimoramento do parque computacional.
- Modernização dos portais do MPDFT na Internet e Intranet, inclusive com a criação dos Portais do Promotor e Procurador.
- Implantação de softwares livres nas estações de trabalho e atualização dos Sistemas Operacionais, oferecendo maior agilidade e segurança à rede de informações do MPDFT, com custos reduzidos.

Orçamento participativo

O orçamento do MPDFT foi elaborado de forma participativa. Todas as procuradorias, promotorias, bem como servidores, tiveram a oportunidade de contribuir para a construção da proposta orçamentária do órgão.

O Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Custos, iniciativa pioneira na administração pública, teve o pontapé inicial. Vários estudos foram feitos, a estrutura já está disponível e o projeto-piloto está em fase de teste. Com a avaliação de custos, poderemos gerir de forma mais eficiente nossos recursos, identificando formas mais econômicas de aplicação do orçamento.

Aperfeiçoamento funcional

O apoio às atividades culturais e científicas desenvolvidas pelos membros do MPDFT, bem como o seu aprimoramento profissional, foi, sem dúvida, uma grande preocupação da gestão. À frente desse trabalho, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPDFT (CEAF) foi reformulado, por meio de portaria da procuradoria-geral de justiça, de modo a priorizar o desenvolvimento do programa de aperfeiçoamento funcional permanente dos membros, além de fomentar a formação de núcleos temáticos de estudos e pesquisas – como o do Juizado Especial Criminal e o de Práticas Restaurativas –, a partir de iniciativas de promotores e procuradores.

Durante o biênio, o CEAF participou de 38 eventos realizados no MPDFT, como executor ou apoiador. Também coordenou a participação de membros do MPDFT em 14 eventos em outros estados brasileiros e em três cursos de pós-graduação: Especialização em Direito Processual Civil, em Sistema de Justiça Criminal e em Direito Constitucional. Também foram organizadas duas turmas para participar do Programa de Intercâmbio Jurídico nos Estados Unidos, patrocinado pela embaixada norte-americana, e um curso sobre o tema Combate à Lavagem de Dinheiro, realizado em parceria com a ESMPU, destinado a 100 membros do MPU e dos MPs estaduais.

Inúmeros cursos foram realizados em parcerias com a Escola Superior do MPU, a Fundação Escola Superior do MPDFT, a Fundação Pedro Jorge, o Conselho da Justiça Federal, universidades federais e outras entidades.



Seminário Internacional sobre Justiça Criminal



Seminário Ética e Responsabilidade Social na Realização da Justiça

Entre os eventos realizados pelo CEAf, destacam-se:

- Seminário Internacional sobre Justiça Criminal.
- Seminário Ética e Responsabilidade Social na Realização da Justiça (em parceria com o Conselho da Justiça Federal).
- Simpósio sobre o Estatuto do Idoso (em conjunto com a Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e do Deficiente Físico).
- Seminário de Calçadas do DF (em conjunto com a Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e do Deficiente Físico).
- Encontro de Direito Penal e Processual Penal (em parceria com a FESMPDFT).
- V e VI Simpósios Ministério Público e Terceiro Setor (em conjunto com a Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social).
- I Fórum para Instituições da Sociedade Civil sobre Medidas Alternativas (em conjunto com a CEMA).
- Oficina de Trabalho Todos contra a Tortura (com a Assessoria de Políticas Institucionais).
- 2ª Semana Criminalística (com a Associação Brasileira de Peritos em Criminalista).
- Curso de Inglês Jurídico e curso de Direito Comparado em inglês.
- Curso sobre o Estatuto do Desarmamento.
- Treinamento para Entrevistas.
- O MPDFT Contra a Corrupção – abertura para novas experiências (em conjunto com a Assessoria de Políticas Institucionais).
- Curso de Combate à Lavagem de Dinheiro (em parceria com a ESMPU).
- O MPDFT Contra a Fraude Bancária na Internet (em parceria com a embaixada dos Estados Unidos).
- Curso sobre Relações de Gênero na Contemporaneidade.
- Programa de Vitaliciamento para novos promotores, com os seguintes cursos: Atuação do MP no Tribunal do Júri; O MPDFT e o acesso aos Sigilos Fiscal e Bancário de Investigados; Curso sobre Juizados Especiais Criminais; Curso Ferramentas de Investigação, Inteligência e Fundamentos de Tiro; Curso sobre Controle Externo, Crime e Tortura.
- Grupo de estudos sobre a Lei 9.099/95.
- Lançamento da 2ª edição da Coletânea de Legislação do MPDFT.



Antropólogo Roberto da Mata fala para integrantes do MPDFT

Ampla capacitação de membros e servidores

Buscando aprimorar os critérios para participação de membros e servidores em eventos de capacitação, a procuradoria-geral de justiça editou Portaria, em 9 de dezembro de 2004, que apresenta, entre outras inovações, a ampla divulgação interna para participação em eventos internos e externos, como congressos, seminários, simpósios e cursos.

Ademais, o estabelecimento de regras objetivas e criteriosas pela portaria, para a seleção de membros interessados em participar de eventos custeados pela instituição, resultou em maior responsabilidade funcional e adequação aos interesses do MPDFT.

Ampliação do programa de pós-graduação

A Portaria PGJ nº 2.203, de 9 de dezembro de 2004, também definiu parâmetros para o custeio de cursos de pós-graduação pelo MPDFT, destinando até 35% de recursos orçamentário-financeiros previstos para a capacitação de membros e servidores. O texto normativo introduziu, ainda, limite máximo de custeio individual, de modo a permitir o acesso à capacitação de maior número de membros e servidores e a aplicação mais racional de recursos públicos.

Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos do MPDFT – DRH intensificou as ações que buscam a consolidação de uma postura francamente favorável ao desenvolvimento integral dos integrantes da instituição. A forma de trabalho da unidade, que expressa a filosofia da administração superior, procura adotar posturas modernas, fugindo à limitação das funções burocráticas e à estreiteza das atribuições de controle e de punição. Nesse contexto, foram várias as ações empreendidas com o objetivo de estimular o desenvolvimento de habilidades e competências pessoais e profissionais e, na medida do possível, inserir o MPDFT em ações que despertem e exteriorizem a preocupação de membros e servidores com a realidade da comunidade e do país.



SOS Vida – Semana de Saúde do MPDFT



Livro reúne poesias e contos de integrantes do MPDFT

Entre os programas e projetos desenvolvidos ao longo do biênio estão o Concurso Literário Mario Quintana, o Concurso Fotográfico, o Projeto Sétima Arte na Quinta e a manutenção de um professor de canto coral, que treina semanalmente as vozes dos membros e servidores componentes do Coral do MPDFT. Investindo no crescimento intelectual de seus membros e servidores, a instituição convidou para palestras nomes como o do filósofo Mario Sérgio Cortella e a escritora Adélia Prado.

A partir de julho de 2004, foram realizados, pelo DRH, 43 eventos internos e externos (sem ônus para o MPDFT), com a participação de cerca de 8780 pessoas, dentre membros, servidores, estagiários e convidados.

Ambientação de servidores

Foi estabelecida a meta de tornar mais atraente e produtiva a ambientação de novos servidores, proposta que foi posta em prática, nas duas primeiras semanas de janeiro de 2005, após a posse marcante de cerca de 100 servidores no dia 30 de dezembro de 2004.

A nova turma foi treinada em maio de 2005, com a participação de cerca de 60 servidores, e outra em janeiro, com cerca de 40 servidores. A ambientação teve como objetivo propiciar uma visão geral da estrutura, da missão, dos valores, objetivos e funcionamento do Ministério Público e sensibilizar os novos servidores para a importância do trabalho que irão desenvolver e a contribuição de cada um para o alcance dos objetivos institucionais.

Ambientação de promotores de justiça adjuntos

O curso oferecido tradicionalmente para os novos promotores de justiça adjuntos recebeu inovações nessa gestão, valorizando o enfoque mais humanista que, somado ao conhecimento técnico, proporciona uma preparação mais global para os membros recém-chegados na carreira. O novo formato foi idealizado pela



Curso de Formação para Promotores Adjuntos.

Assessoria de Política Institucional, pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e pela Corregedoria da instituição.

O objetivo principal foi a formação de uma identidade dentro da instituição, além de reflexão sobre a responsabilidade social e os aspectos éticos que envolvem o exercício do cargo. Isso ao lado do conteúdo jurídico com foco inicial na área criminal, necessário para que os novos membros possam ter mais segurança no começo de suas carreiras. Foram alguns dos temas abordados durante o curso de iniciação de promotores adjuntos: Trabalho Coletivo; O Papel da Comunicação no Trabalho em Equipe; A Reconstrução Institucional do Ministério Público e seu Papel Político no Brasil.

Novas diretrizes para a Biblioteca

Com o objetivo de estabelecer novas diretrizes para a Biblioteca do MPDFT, definindo regras para aquisição, empréstimo e doação das obras que integram o seu acervo, foi editada a Portaria n.º 1886, de 13 de outubro de 2004. A iniciativa permitiu a ampliação das aquisições de livros para a Biblioteca do MPDFT, concentrando-se a compra em títulos especializados em Ministério Público. Foram adquiridos 48 títulos específicos sobre o Ministério Público, 31 dos quais obras estrangeiras.

Total geral de aquisições de publicações 2004/2006

Livros	Total exemplares	Livros	Títulos sobre Ministério Público	Total exemplares
Nacionais	2.079	Ministério Público - nacional	25	47
Estrangeiros	89	Ministério Público - estrangeiro	31	33
		Obras raras estrangeiras	03	56
Total de obras	2.168	Total de obras	59	136

No ano de 2006, devem ser adquiridas 32 exemplares de obras estrangeiras sobre o Ministério Público.

Renovação da frota oficial de veículos

A fim de renovar a frota oficial do MPDFT, que contava com veículos de até 10 anos de uso, foram adquiridos, no período, 21 novos veículos, somando total de 87. A elevada idade da frota acarretava alto custo de manutenção. Com a aquisição de veículos novos, aqueles com mais de 10 anos podem ser demandados com menos frequência, em atividades como a fiscalização de obras e a entrega de correspondências entre as diversas unidades, medidas que tendem a reduzir os custos com manutenção dos veículos.

Expansão da estrutura física do MPDFT

Inauguração de três novos edifícios-sede



Inauguração da sede da Promotoria de Justiça do Gama

O espaço físico adequado beneficia não só os integrantes do MPDFT, mas todos os usuários da comunidade, que passaram a contar com serviços prestados com maior qualidade e conforto. Com esse pensamento, foram concluídos e inaugurados três novos edifícios-sede, durante o biênio: Promotoria de Defesa da Infância e Juventude, Promotoria de Justiça do Gama e Promotoria de Justiça de Planaltina. A construção da sede própria da Promotoria de Justiça de Samambaia está em plena atividade.

Em compatibilidade com o orçamento, foram concluídos, também, os projetos executivos para a con-

strução da 2ª etapa do edifício-sede do MPDFT e deu início à construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça do Paranoá.

MPDFT bem adaptado para atuar com eficiência

Para melhor atender aos novos servidores que ingressaram na carreira, as unidades administrativas foram reformadas e melhor estruturadas as nossas instalações.

Buscando ocupar de forma mais racional o espaço, foram realizadas reformas no edifício-sede e nas Promotorias de Justiça Brazlândia, Taguatinga, Sobradinho, Samambaia e Planaltina. A Promotoria de Justiça do Paranoá, além da otimização do espaço, adequou um balcão cedido à promotoria, adaptando-o às necessidades dos membros, servidores e da comunidade.

O Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) trabalhou na implantação do Centro de Tecnologia da Informação no edifício Ibama. Por outro lado, todas as promotorias que se encontravam em funcionamento no prédio alugado a Xerox foram reinstaladas no edifício-sede (Pró-Mulher) e no edifício-sede da Infância e Juventude (Proeduc e Prociadã).

Departamento de Perícias e Diligências ganha nova estrutura

Em razão da proposta de trabalho prevista no Plano Geral de Ação, elaborado pela Procuradoria-Geral de Justiça, foi iniciada, no mês de novembro de 2004, a implementação da nova estrutura organizacional do Departamento de Perícias e Diligências, com expressivas modificações, no quadro de pessoal, novos equipamentos de informática e melhoria no espaço físico. Também se deu ênfase à descentralização dos serviços de diligências, que passaram a funcionar em cada cidade-satélite.

Novos critérios para condecorações

HOMENAGEM À HONESTIDADE

O supervisor de limpeza do aeroporto de Brasília, Francisco Basílio Cavalcanti, que ficou conhecido por devolver US\$ 10 mil a um turista que havia perdido o dinheiro, recebeu homenagem do Ministério Público do DF. Em sessão solene, ganhou a medalha de honra ao mérito do procurador-geral de Justiça, Rogério Schietti (foto). "Ele deu um exemplo, e o Ministério Público não poderia ficar indiferente, sobretudo em tempos de esquecimento dos valores", disse Schietti. É a primeira vez que o MPDF homenageia um cidadão pela honestidade. Francisco falou que, desde que devolveu os dólares, sua vida mudou para melhor. "É bom fazer o certo."

Adauto Cruz/CB



Um dos compromissos assumidos pela Administração foi o estabelecimento de critérios mais rígidos e a redução do número de condecorações da Ordem do Mérito do MPDFT, restringindo-as aos cidadãos e autoridades que efetivamente tenham realizado algo de excepcional importância para a justiça, para a sociedade ou para o Ministério Público.

A nova orientação foi posta em prática na cerimônia realizada no dia 20 de maio, quando foi condecorado o supervisor de limpeza do aeroporto de Brasília, Francisco Basílio Cavalcanti, com a medalha de honra ao mérito, no Grau Oficial, Quadro Especial. Francisco Basílio ficou conhecido nacionalmente, em março do ano passado, por devolver US\$ 10 mil a um turista que esqueceu o dinheiro num dos banheiros do aeroporto.

Programa de Gestão Ambiental

O Programa de Gestão Ambiental do MPDFT recebeu especial atenção durante o biênio, com a melhoria de sua estrutura de funcionamento e a realização de campanhas de sensibilização e mobilização das unidades do MPDFT para as suas ações.

Seguindo as propostas discutidas no Seminário Interno "Gestão Ambiental na Administração Pública - Busca de Melhorias", realizado em novembro de 2004 no MPDFT, regulamentou-se o "Programa de Gestão Ambiental", otimizando os princípios ambientais nas atividades do MPDFT.

Propostas da Procuradoria-Geral de Justiça

Em maio de 2004 foram submetidas à classe as seguintes propostas de trabalho que, conforme indicado abaixo, realizaram-se quase integralmente.

Mandato de dois anos

Por considerar necessária a oxigenação permanente da Instituição, e porque a experiência demonstra que o exercício de um segundo mandato implica dificuldades de administração no primeiro período e diminuição da força motivacional durante o segundo, o uso da faculdade indicada na parte final do art. 173 da LC 75/93 deve ocorrer apenas em casos muito excepcionais. O compromisso deste candidato é por não concorrer à reeleição e cumprir integralmente o biênio de seu mandato, se eleito. **Realizado**

Atuação externa do procurador-geral

O procurador-geral de justiça, por sua liderança institucional e pelo peso de seu cargo, necessariamente se relaciona com outras instituições e com autoridades dos diversos escalões dos governos distrital e federal. Esse relacionamento deve partir da premissa de que cada instituição tem o seu valor e a sua missão constitucional, e que acima de qualquer pessoa, autoridade ou cargo público estão a Constituição e as leis. Assim é que o procurador-geral de justiça, ao participar de uma audiência, de uma entrevista, de uma sessão administrativa ou judicial, ou quando manifesta suas opiniões perante a imprensa, por meio escrito ou oral, deve ter a preocupação de usar esses espaços para transmitir à população e à comunidade jurídica a certeza de que o Ministério Público está cumprindo, de modo firme, porém equilibrado, as suas atribuições. Mas, também, deve colher essas oportunidades para, sempre que possível, fomentar na comunidade o culto dos valores e ideais de uma sociedade que, na dicção do preâmbulo de nossa Constituição Federal, se caracterize como uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. **Realizado**

Melhor estrutura e incentivo ao trabalho do CAOCRIM

O Brasil e o mundo têm assistido a um aumento de infrações penais praticadas por organizações criminosas que, invariavelmente, se infiltram até mesmo no poder público. De outro lado, o Estado, por seus diversos órgãos preventivos e repressivos, não possui uma estrutura adequada e, portanto, capaz de agir com os resultados mínimos que a sociedade legitimamente requer. O Ministério Público, principalmente a partir da instituição do GNCOC – Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas "Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos", tem colaborado para mudança de tal quadro. É fundamental que o MPDFT priorize o combate às organizações criminosas. Para tanto, o CAOCRim – Centro de Apoio Operacional ao Combate ao Crime Organizado – deve contar com estrutura material e de recursos humanos que permitam a realização de trabalhos de inteligência e contra-inteligência. É imprescindível, ainda, que se crie, entre os Ministérios Públicos, uma base de dados nacional de combate ao crime organizado, bem como uma rede eletrônica de comunicação rápida e segura. **Realizado**

Defesa das nossas garantias e prerrogativas

A legislação relativa ao Ministério Público (Constituição Federal e LC 75/93) confere-nos garantias e também prerrogativas, processuais e institucionais, que otimizam o desembaraçado e independente desempenho de nossas funções, com a necessária altivez que o cargo e as respectivas responsabilidades nos impõem, quer nos processos e expedientes em que nos manifestamos, quer nas nossas relações com outras instituições. A Procuradoria-Geral de Justiça deve, portanto, lutar, agindo e reagindo na medida certa – auxiliada por Comissão Permanente de Defesa Institucional – para que essas prerrogativas sejam respeitadas, interna e externamente, de modo a que o MPDFT continue, de forma crescente, a ser visto pela população em geral como uma instituição exemplar e diferenciada entre as demais corporações que integram o Estado brasileiro. **Realizado**

Limitação das condecorações

Ponto que merece especial atenção diz respeito à Ordem do Mérito do MPDFT, que não se tem mostrado um mecanismo sadio para as relações entre autoridades e instituições. Embora seja positiva a idéia de homenagear pessoas ou entidades que de alguma forma tenham realizado algo de excepcional importância para a justiça, para a sociedade ou para o Ministério Público, tem-se caído na rotina – verificada em outras instituições – de premiar pessoas pelo simples fato de exercerem, a contento, determinada função pública. O tempo, o espaço e o dinheiro público gastos com essas condecorações não trazem qualquer acréscimo à sociedade e ao Ministério Público. Pelo contrário, a banalização dessas homenagens retira-lhes o verdadeiro valor e, até por isso, causa inevitáveis desconfortos e injustiças. Se é desejo da Classe manter esse tipo de homenagem, impõe-se uma redução significativa do número de homenageados, bem assim uma rigorosa seleção dos candidatos, por critérios que se pautem pelo caráter verdadeiramente excepcional da condecoração e pela real e significativa importância do ato ou do comportamento do homenageado. **Realizado**

Controle externo da polícia

O papel fiscalizador do Ministério Público encontra uma de suas máximas expressões no controle externo da atividade policial, quer na exigência de maior qualidade na atividade investigativa, quer na verificação de violações a direitos das pessoas de alguma forma envolvidas nos procedimentos policiais. Deve-se, portanto, reforçar a necessidade de que mantenhamos um Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, com ênfase na possibilidade de continuar a exercer atividade investigativa direcionada tanto a melhor instruir nossos próprios procedimentos, como também a apurar irregularidades atribuídas a autoridades e agentes da segurança pública local. **Realizado**

Critérios de promoção por merecimento

Atualmente se percebe certo desestímulo de Promotores de Justiça que, por sua posição na lista de antigüidade na carreira, sabem que dificilmente poderão ascender ao cargo de Procurador de Justiça. Isso porque, na falta de critérios para as promoções por merecimento, as vagas acabam sendo providas, invariavelmente, apenas por antigüidade. Urge, portanto, que se concluem, no Conselho Superior, os estudos para suprir essa lacuna, normatizando o tema. **Realizado**

Ouidoria do Ministério Público

Para tornar efetiva essa pretendida transparência e qualidade dos serviços prestados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é importante que o usuário dos serviços ministeriais disponha de um instrumento para formular suas reclamações, sugestões, críticas, elogios ou comentários. Para tanto, deve ser criado – efetivando estudos já iniciados internamente – o cargo de Ouvidor do Ministério Público, que deverá ser exercido com ampla liberdade e independência. **Realizado**

Transparência do Ministério Público

Outra forma de tornar o Ministério Público mais aberto à comunidade e sujeitá-lo a um saudável controle de seus atos é o de conferir o máximo de transparência possível aos seus atos. Isso pode ser feito tanto em relação aos processos em que atuamos – quando se mostrar oportuna a comunicação do ato praticado aos interessados – como também em forma coletiva, divulgando-se, por via eletrônica ou pelos veículos de imprensa, as realizações dos órgãos do Ministério Público. **Realizado**

Aperfeiçoamento do concurso público e do curso de adaptação

O concurso público para ingresso na carreira do MPDFT tem passado por importantes avanços nos últimos anos, mercê de esforços direcionados a torná-lo cada vez mais objetivo e transparente. Podemos, contudo, avançar ainda um pouco, no sentido de estabelecer critérios que permitam tornar cada vez mais igualitária a disputa entre os candidatos, o que passa, por exemplo, por destinar um tempo mais alongado para a correção das provas subjetivas, permitindo, assim, que os examinadores possam dedicar-se a essa tarefa, com maior cuidado e atenção. Por sua vez, deve-se aperfeiçoar o Curso de Adaptação para quem ingressa na carreira, de sorte a diminuir a distância temporal entre o recebimento das orientações práticas e a efetiva atuação nas respectivas promotorias. **Realizado**

Maior aproximação com a comunidade

O diálogo é o instrumento mais eficaz de uma democracia. Saber ouvir e saber falar, compreender e ser compreendido, requer uma atitude corajosa e humilde para quem se dispõe a criticar e a receber críticas que possam servir para a construção de novas alternativas para os serviços prestados pelas instituições e seus agentes. Essa postura deve ser estimulada permanentemente, em especial por meio de um contato mais freqüente e próximo com as entidades representativas da comunidade (Associações de Classe, Lideranças Comunitárias, Organizações Não Governamentais, Instituições de Ensino), incentivando, por sua vez, iniciativas legítimas como, por exemplo, campanhas de desarmamento, de educação no trânsito, de prevenção ao uso de drogas, de proteção ao meio ambiente. Também se deve buscar a celebração de parcerias com entidades comprometidas com a defesa dos direitos humanos e com a realização do bem comum. **Realizado**

Maior espaço na imprensa para divulgar o MP

Um modo bem eficaz para complementar essa tarefa de aproximação do Ministério Público à sociedade é ocupar maior espaço na mídia, não apenas para atender a pautas jornalísticas, mas para, ativamente, oferecer, em linguagem acessível, informações sobre a estrutura e o funcionamento do MPDFT. Há de buscar-se, em particular, um espaço próprio no principal meio de divulgação da mídia jurídica, que é, atualmente, a TV Justiça. **Realizado**

Segurança institucional

A natureza de nossas atribuições, principalmente as que afetam setores mais organizados da criminalidade, demanda constante preocupação com a segurança institucional, abrangendo tanto as instalações do MPDFT quanto a segurança pessoal dos membros que eventualmente se encontrarem em uma maior situação de exposição e perigo. Imperioso que, além do efetivo aumento do número de policiais ou agentes de segurança nas instalações do Ministério Público e nas áreas adjacentes ao Fórum pelas quais transitem os seus membros, sejam adotadas precauções no transporte de membros para as cidades-satélites e em diligências externas. Ademais, devem ser realizados estudos acerca das diversas situações de risco a que está o MPDFT exposto, elaborando planos de ação e reação para cada uma das hipóteses aventadas, tudo de sorte a permitir possa o Ministério Público desempenhar a contento todas as suas atribuições. **Realizado**

Relacionamento com a Associação de Membros e com a Fundação Escola Superior do MPDFT

A existência de uma Associação de membros forte, independente e ativa é de suma importância para a consolidação das conquistas e dos direitos dos associados. Demais disso, uma atuação firme perante os órgãos dirigentes do Ministério Público é condição para a legitimidade representativa da Associação, o que, portanto, deverá ser compreendido pela Chefia do MPDFT, que estará sempre aberta a dialogar, de forma mutuamente responsável e respeitosa, com os representantes de nossa entidade classista, o que vale, de igual modo, para a Associação dos servidores.

Também devemos dirigir uma especial atenção à Fundação Escola Superior do MPDFT, responsável, ao longo dos anos, pela formação de muitos estudantes que vieram a se tornar nossos colegas, movidos por uma empatia com o Ministério Público certamente desenvolvida, em boa medida, pelos cursos de pós-graduação oferecidos por aquela entidade. Também será muito proveitosa a colaboração mútua com a Escola Superior do Ministério Público da União, que possui recursos materiais disponíveis para serem destinados ao treinamento de membros de todos os ramos do MPU. **Realizado**

Critérios de movimentação de membros

Sente-se a premente necessidade de que os membros tenham relativa estabilidade nas suas lotações, de modo tal a possibilitar-lhes o desenvolvimento racional e planejado de seu trabalho, propiciando-lhes maior motivação e eficiência no desenvolvimento de suas atribuições. Por outro lado, a administração do Ministério Público não pode prescindir de um mecanismo que lhe permita a indispensável mobilidade no gerenciamento dessas lotações, em nome do bom e contínuo funcionamento da Instituição. Propõe-se, então, a redefinição das regras de designações, com a possível compatibilização dos interesses individuais dos membros com o interesse institucional. **Realizado**

Revisão das atribuições gerais

A busca incessante pela melhoria de nosso trabalho deve incluir a possibilidade de redefinir algumas atribuições, visando a, tal qual se fez recentemente nas Procuradorias, equilibrar e tornar mais eficaz nosso desempenho, entre os diversos ofícios, o que deverá servir, inclusive, de paradigma para a futura Lei de Ofícios, prevista na Lei Complementar nº 75/93. Para tanto, é imperioso que todos os colegas sejam ouvidos para que, em conjunto, possamos redefinir nossas prioridades de atuação. Uma agenda progressiva de encontros setoriais permitirá que as reclamações e sugestões sejam partilhadas por todos, legitimando eventuais propostas de mudanças que venham a ser acolhidas. **Realizado**

Regulamentação dos mutirões

Em que pese a recente normatização da matéria pelo Conselho Superior, é mister que sejam adotadas cautelas para evitar que se restabeleça, como rotina e não como medida excepcional, a antiga praxe de se convocar grupo de Promotores de Justiça para "zerar" promotorias ou procuradorias em atraso. Sob a ótica do jurisdicionado não podemos consentir que processos ou inquéritos permaneçam nas dependências do Ministério Público, por meses, sem a esperada intervenção processual. Por outro lado, não é justo que o ônus do indevido atraso de um recaia sobre os ombros de membros que mantêm seus processos em dia. Releva, outrossim, refletir sobre a possibilidade de serem realizados mutirões pontuais, de acordo com as políticas institucionais definidas pela Classe, de forma a selecionar e priorizar determinadas áreas de atuação, em prol de uma prestação jurisdicional mais expedita e eficiente.

Parcialmente realizado

Atividades de capacitação profissional intensivas

Embora todos concordem com a necessidade de fomentar o treinamento e o aperfeiçoamento profissional dos membros, sente-se a dificuldade de cobrar maior empenho dos colegas na sua contínua capacitação, pois todos têm compromissos fora do horário de trabalho que lhe ocupam o tempo excedente disponível. Daí por que se mostra imperioso oferecer, na medida do possível, oportunidades de capacitação profissional também durante o próprio horário de trabalho, por meio de atividades de formato intensivo, provendo-se a designação de substitutos para as respectivas promotorias temporariamente desfalçadas. Essas atividades podem ser em forma de palestras, mas a experiência indica ser mais proveitosa a realização de cursos rápidos ou workshops, de modo a fomentar maior interação e aproveitamento dos participantes. **Parcialmente realizado**

Afastamentos para estudos

Hoje é praticamente um consenso que se deve estimular o encontro entre o Fórum e a Academia. O aperfeiçoamento dos estudos, em instituições de ensino de reconhecido valor, traz um crescimento individual do membro do Ministério Público e, por conseguinte, uma melhoria na qualidade dos serviços que prestamos à sociedade. Todavia, não podemos deixar de considerar os gastos públicos e o desfalque funcional que representa cada oportunidade de estudo concedida a um agente ministerial. Sob esse aspecto parece também haver uma compreensão generalizada na Classe, de que é mais justo e razoável que os afastamentos tenham o prazo de duração reduzidos, não somente porque a tendência das universidades tem sido a de diminuir a quantidade de créditos necessários para a preparação à pesquisa, mas, acima de tudo, para que um maior número de colegas possa beneficiar-se dessa oportunidade, sem prejuízo para a Instituição. **Realizado**

Aperfeiçoamento do plantão

Embora já tenham ocorrido avanços em relação ao que ocorria no passado, o plantão forense deve ser aperfeiçoado, principalmente no tocante à estrutura de apoio administrativo, eliminando, na medida do possível, desnecessários desgastes nessa atividade. Também não se justifica inexistir um órgão ministerial para oficiar em medidas urgentes, da competência do segundo grau, como pedidos de liminar em Habeas Corpus, suspensão de segurança etc. **Realizado**

Espaço físico comum para membros, ativos e aposentados

Ao gozar férias ou licenças médicas (ou mesmo após sua aposentadoria), não dispõe o Promotor ou Procurador de Justiça de um espaço, na Sede do MPDFT, para redigir petições, formular requerimentos, consultar a Intranet etc, já que a sua sala está ocupada pelo natural substituto. Esse é também um problema comum aos colegas lotados nas satélites, podendo ser facilmente solucionado com a destinação de uma sala com um mínimo de conforto e equipada com terminais de computador, impressoras, telefone, copiadora, FAX etc, servindo, também, como local de encontro informal entre colegas ativos e aposentados.

Aguardando definição do espaço

Melhoria qualitativa do acervo da biblioteca

Mostra-se necessária uma maior qualificação de nosso acervo de livros da Biblioteca, que ainda carece de obras que possam nivelá-la às suas congêneres locais. Frequentemente temos de nos socorrer das bibliotecas dos tribunais superiores, da Câmara dos Deputados e do Senado, quando se trata de um título estrangeiro ou um pouco mais raro. Seria importante que destinássemos as respectivas verbas orçamentárias para a aquisição preferencial de livros de doutrina, ao invés das dezenas de códigos (secos ou comentados) que lotam as prateleiras de nossa biblioteca, em processo crescente de desatualização. **Realizado**

Plantão de orientação e banco de dados para membros

É muito comum um membro do Ministério Público ainda pouco familiarizado com determinada área de atuação socorrer-se de algum colega mais antigo na carreira ou especializado naquela área, o que é salutar. Porém, deve-se disponibilizar a todos os pares um espaço de fácil consulta, que não se resume a uma pesquisa de jurisprudência singularmente aproveitada, mas que sirva como um patrimônio comum a todos os interessados, em relação a casos atuais e futuros que demandem informações técnicas e seguras. A proposta é que se tenha um setor, coordenado por um ou dois colegas, direcionado a pesquisar, catalogar e partilhar o conhecimento jurídico (doutrina, jurisprudência, legislação), de tal modo a otimizar o tempo que o membro teria de despendar se ele próprio se ocupasse dessa tarefa. **Em realização**

Encontros periódicos dos membros

Igualmente é salutar são os encontros dos membros do MPDFT que oficiam em primeiro e segundo graus, e entre eles e os representantes da Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria, Conselho Superior e Câmaras de Coordenação e Revisão. Não apenas servirão para uma aproximação maior entre colegas que mal se conhecem, como também permitirão preencher um vazio existente entre os degraus da carreira, conferindo maior unidade de atuação do MPDFT. A Procuradoria-Geral de Justiça e demais órgãos da administração poderão, juntamente com os órgãos de execução, estabelecer as prioridades para a alocação de recursos humanos e materiais para a concentração dos esforços da Instituição no atendimento das necessidades mais prementes da sociedade. **Realizado**

Incentivo a atividades culturais

É de notória utilidade para o Ministério Público e seus membros que estejamos sempre abertos ao nosso aperfeiçoamento cultural e profissional. Faz-se necessário, para tanto, priorizar a realização de atividades em nossas próprias dependências, trazendo os melhores profissionais das diversas áreas do saber para o conforto de nossa Casa, permitindo, desse modo, que o conhecimento seja absorvido pelo maior número possível de interessados, sem necessidade de constantes afastamentos. As iniciativas que têm sido promovidas pelo Centro de Estudos Técnico-Jurídicos e pelo Departamento de Recursos Humanos devem ser ampliadas, estabelecendo-se prioridades temáticas, de acordo com os recursos disponíveis. É importante, também, valorizar os talentos internos da casa, com preocupação de dar suporte à criação intelectual e artística dos membros e servidores, por meio de amostras, exposições, concursos, apresentações etc. **Realizado**

Orçamento anual com a participação da classe

A dotação orçamentária do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios deve receber nossa particular atenção, pois a correta escolha das respectivas rubricas traduz as prioridades a serem atendidas no ano seguinte ao da sua elaboração. Logo, nada mais justo e democrático do que convidar e estimular os membros do MPDFT para, na medida do possível, participarem da elaboração da proposta orçamentária, juntamente com os servidores especializados no trato dessa matéria. **Realizado**

Maior apoio ao departamento de diligências e perícias

Com o iminente provimento de cargos de técnico e analista da carreira administrativa do Ministério Público, deve-se sanar a carência sentida por todos no apoio às atividades-fim. Nesse particular, especial atenção há de ser dada ao Departamento de Diligências e Perícias, base de apoio para o trabalho de quase todas as promotorias de justiça, tanto criminais quanto cíveis. A proposta é prover um Departamento com uma boa estrutura de apoio, que atenda a todas as promotorias de justiça de modo igualitário, ainda que se prevejam divisões especializadas, de acordo com as demandas internas. Outrossim, é de todo conveniente a criação, nas diversas circunscrições, de Núcleos de Diligências Externas, vinculados tecnicamente ao Departamento de Perícias e Diligências, e administrativamente a cada circunscrição. **Realizado**

Maior divulgação interna dos atos e resoluções do Conselho Superior e das Câmaras

Internamente, também deve existir maior comunicação acerca do funcionamento e das decisões dos órgãos de administração superior. Válidas, com esse escopo, a revitalização dos boletins informativos das Câmaras de Coordenação e Revisão, bem assim de periódico similar para divulgar o trabalho do Conselho Superior, cujo funcionamento deve, cada vez mais, sinalizar para uma gestão descentralizada e impessoal do MPDFT. **Realizado**

Estatísticas de qualidade

Uma das grandes dificuldades para se aperfeiçoar o nosso trabalho é o desconhecimento de dados relativos aos processos em que atuamos. Isso somente irá ser corrigido quando tivermos profissionais de estatística no MPDFT, que possam amparar pesquisas com metodologia científica adequada. Paralelamente, devemos orientar melhor os servidores que lidam com o preenchimento de dados relativos aos processos e procedimentos internos, a fim de que possam alimentar o sistema (SISPRO) de maneira completa. **Em realização.**

Melhor aproveitamento do espaço do Ministério Público

O edifício-sede do MPDFT é moderno e espaçoso, porém subaproveitado, porque praticamente só é ocupado no período vespertino. Não há razão para deixar de preencher esse espaço ocioso, estabelecendo, para algumas Promotorias e unidades administrativas, também o turno matutino. Essa providência atenderá a muitos servidores que preferem trabalhar pela manhã, descongestionará os atendimentos à tarde, período em que é quase impossível até mesmo encontrar uma vaga nos estacionamento próximos ao Edifício-Sede e, acima de tudo, impedirá que o cidadão deixe de ser atendido quando nos procura. Demais disso, com a iminente contratação de centenas de novos servidores, teremos de buscar otimizar o espaço interno, para abrigar a todos, com o mínimo de conforto. **Parcialmente realizado**

Reestruturação organizacional das unidades administrativas

A estrutura das unidades administrativas deve ajustar-se à nova configuração do MPDFT, que tem crescido não apenas no quantitativo de seu quadro de membros e servidores, mas também nas inúmeras atribuições assumidas por novas promotorias ou mesmo pelas já existentes. Uma possível redivisão das unidades administrativas irá certamente refletir-se na maior capacitação operacional da atividade-fim. Salutar, ainda, se mostra o remanejamento de servidores, diante de suas qualificações profissionais e acadêmicas, oferecendo-lhes maior estímulo para o exercício de suas funções. **Realizado**

Modernização do parque de informática

O nosso parque de informática, embora já atenda a todos os membros e servidores, necessita de urgente atualização, pois muitos de nossos equipamentos e programas já podem ser considerados relativamente obsoletos. Os recursos disponíveis e os que ainda serão buscados na nova proposta orçamentária devem ser destinados, prioritariamente, à troca dos computadores de mesa, e dos seus programas operacionais, para versão mais moderna. **Realizado**

Desburocratização de rotinas

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios não chega a ser um órgão emperrado de burocracias, mas é inegável que, por nossa cultura ibérica, somos pouco práticos e nada simples nas nossas rotinas administrativas que, muitas vezes, traduzem desnecessário formalismo. Do mesmo modo, temos de desenvolver uma postura menos espetacular em nossas solenidades, quase sempre iniciadas com irrazoável atraso e com duração demasiado longa, o que se torna enfadonho para o público que as prestigia. Oportuna, dessarte, a instituição de um grupo de trabalho para identificar em que, e em qual extensão, podemos agir para simplificar, reduzir os custos e acelerar os procedimentos internos. **Parcialmente realizado**

Qualidade dos serviços do Ministério Público

É inegável o bom conceito de que desfrutamos perante a comunidade, que o vê como o último refúgio para suas angústias e súplicas. Porém, deve-se procurar o permanente aperfeiçoamento da qualidade dos serviços oferecidos à população, criando meios mais simplificados e rápidos para o acesso aos órgãos do Ministério Público. É imperiosa a aproximação com a sociedade civil, abrindo-se-lhe, como tem sido feito, as portas à comunidade, para que ela compreenda a dimensão de nossas atribuições e possa exercer sua cidadania com maior eficiência. **Em realização.**



Essa publicação foi inteiramente custeada por membros e servidores colaboradores da Administração.

